

# Relatório de Gestão

— 2023 —



Cada pessoa que se junta a nós é uma peça fundamental. O nosso crescimento e expansão não são apenas números, mas histórias de vidas transformadas, sonhos realizados e comunidades fortalecidas. À medida que avançamos, nossos passos reverberam por todos os cantos, levando oportunidades e mudando destinos.

# União



## e movimento

### Cooperar é o que nos move

Imagine um mundo onde cada passo dado é impulsionado pelo poder da união. Um lugar onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motrizes por trás do crescimento e do desenvolvimento de cada indivíduo. Bem-vindo ao nosso universo de cooperação, onde acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.

Aqui, a cooperação é muito mais do que uma palavra no dicionário, é uma filosofia que permeia cada fibra do nosso ser. Quando nos unimos, movidos pela cooperação, somos capazes de superar desafios e criar um futuro brilhante.

Junte-se a nós e sinta o poder dessa força transformadora.

# 7

## Princípios do cooperativismo



### 1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



### 2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



### 3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



#### **4) Autonomia e independência**

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



#### **5) Educação, formação e informação**

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



#### **6) Interooperação**

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



#### **7) Interesse pela comunidade**

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



# Para você e sua empresa



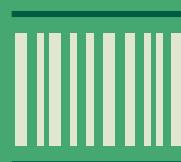
**Financiamentos**



**Empréstimos**



**Capital de Giro**



**Boletos**



**Maquininha**



**Cartões**



**Consórcios**



**Cheques**



**Aplicações**



**Seguros**



**Previdência**



**Conta Kids**



**App CredíSIS**



**Internet Banking**

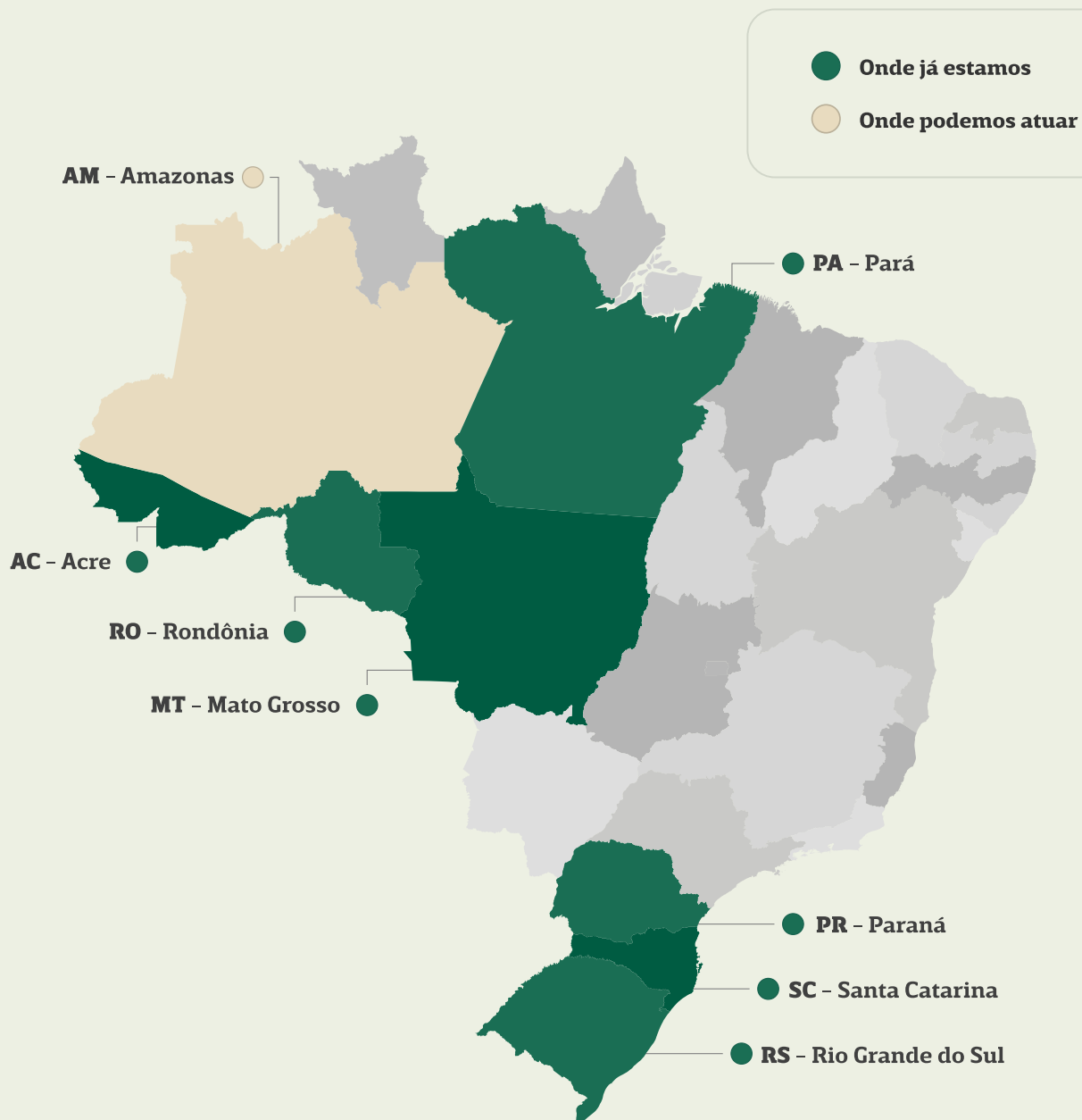


**Caixas Eletrônicos**



**Pix**

# Mapa de atuação



**07** estados • **51** municípios • **10** distritos

**12** cooperativas • **71** agências • **70** mil cooperados



# A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.



# Sumário

Cooperar é o que nos move	03
7 princípios do cooperativismo	04
Para você e sua empresa	06
Mapa de atuação CrediSIS	07
A revolução da cooperação	08
Parecer do conselho fiscal	10
Palavra do Presidente	11
Relatório da Administração	12
Evolução dos Resultados	13
Ações Sociais ESG	14
Relatório dos Auditores Independentes	15
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
<b>Balanços patrimoniais</b>	18
<b>Demonstrações do resultado</b>	19
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	19
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	20
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	21
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	23
1 Contexto operacional	23
2 Apresentação das demonstrações financeiras	23
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	24
2.2 Continuidade dos negócios	26
3. Políticas contábeis materiais	26
4 Caixa e equivalentes de caixa	29
5 Títulos e valores imobiliários	30
6 Relações interfinanceiras	30
7 Operações de crédito	30
8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31
9 Outros ativos financeiros	31
10 Outros ativos	32
11 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	32
12 Depósitos	32
13 Recursos de aceite e emissão de títulos	33
14 Relações interfinanceiras	33
15 Provisões	33
16 Outros Passivos	34
17 Patrimônio líquido	35
18 Ingressos de operações de crédito	36
19 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	36
20 Dispêndios e despesas de pessoal	36
21 Outros dispêndios e despesas administrativas	37
22 Outros ingressos e receitas operacionais	37
23 Outros dispêndios e despesas operacionais	37
24 Outras receitas e despesas	38
25 Resultado não recorrente	38
26 Partes relacionadas	38
26.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	39
27 Índice de Basileia	39
28 Plano de ação para implementação da Resolução 4.966/2021.	40
29 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	41
30 Seguros contratados	42

## **Parecer Conselho Fiscal**

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da CREDISIS JICRED – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão JiCred, em reunião realizada no dia 04 de março de 2024, em observância ao dispositivo no artigo 56, da lei 5.764/71, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela CREDISIS JICRED – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão JiCred.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da CREDISIS JICRED e tendo em conta os relatórios e pareceres da auditoria externa e interna realizadas, é de parecer que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e refletem adequadamente a posição patrimonial e econômica – financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral de Cooperados.

Ji-Paraná – RO, 4 de março de 2024.

**Sérgio Garcia**  
Coordenador

**Coordenador Fábio Gonçalves de Lira**  
Conselheiro Efetivo

**João Luiz Esteves**  
Conselheiro Efetivo

**Mercino José da Silva**  
Conselheiro Suplente

**Viviane Crevelaro**  
Conselheiro Suplente

## Palavra do Presidente

Há 25 anos, nascemos com o propósito de impactar o presente e transformar o futuro por meio dos valores genuínos do cooperativismo. Hoje, com imenso orgulho, afirmamos que alcançamos o nosso objetivo, proporcionando soluções socioeconômicas significativas para a comunidade.

Caminhamos de mãos dadas com a comunidade, impulsionando não apenas crescimento financeiro, mas promovendo o bem-estar de cada indivíduo que compõe nossa grande família cooperativa. Para assegurar esse compromisso, investimos diretamente na melhoria contínua da gestão e no refinamento estratégico de nossas ações, guiados pelos alicerces sólidos de nossos valores e princípios.

Com alegria, compartilhamos a conquista do selo GPTW pelo segundo ano consecutivo, alcançando uma aprovação de 93%, e ainda chegamos ao 8º lugar no ranking das melhores empresas para se trabalhar na região Norte do país. Este resultado reflete nossa dedicação e a colaboração que impulsiona cada conquista.

Em 2023, registramos um crescimento significativo, inaugurando três agências, sendo uma em Cuiabá e duas em Rondônia, além de termos reinaugurado dois Pontos de Atendimento, isso é uma prova clara de que estamos no caminho certo e cada vez mais levando o cooperativismo para novas pessoas.

Por fim, expressamos nossa sincera gratidão aos nossos cooperados que confiam em nossos produtos e serviços e em nosso atendimento. Agradecemos também aos nossos colaboradores, Diretores e nossos Delegados pelo empenho e dedicação, cujas contribuições são fundamentais para os resultados alcançados. O exercício de 2023 foi desafiador, mas ao final conseguimos alcançar resultados significativos em parceria com cada um de nossos 21.378 cooperados e nosso compromisso para o próximo ano é continuar com o mesmo propósito. Afinal, somos uma cooperativa unida e cooperar é o que nos move.



### Sergio Luiz Milani

Presidente  
CrediSIS JiCred/RO

## Relatório da Administração

Exercício 2023

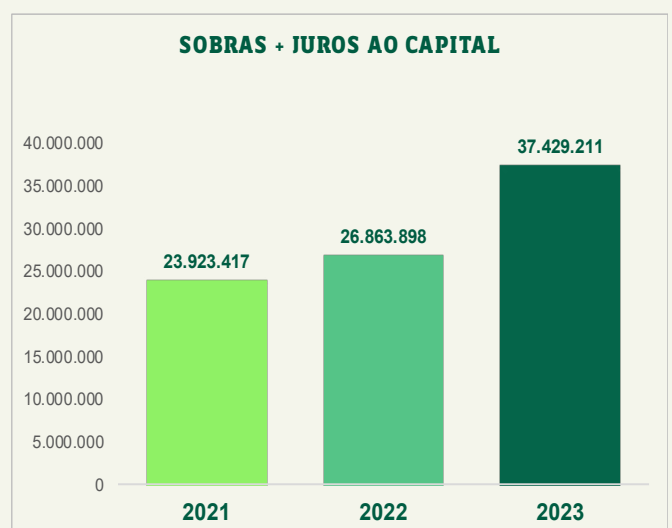
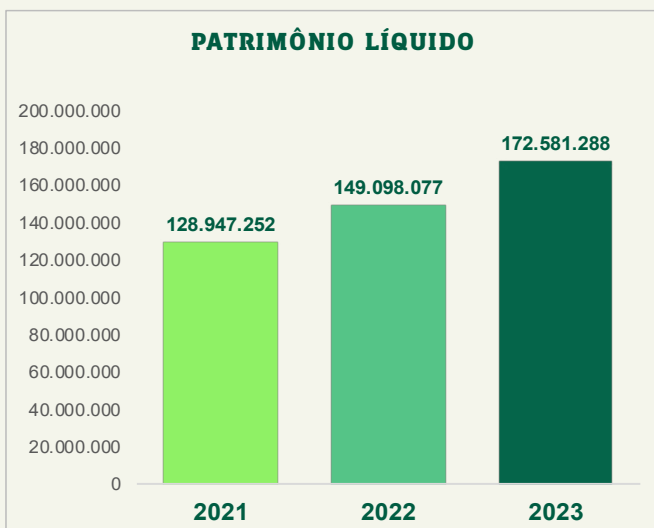
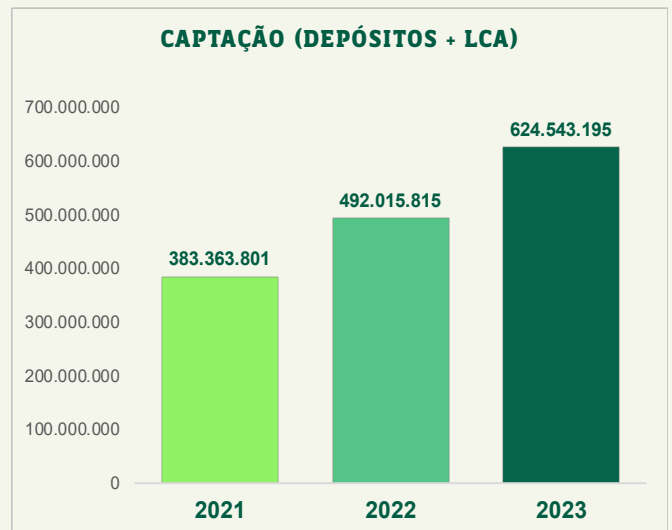
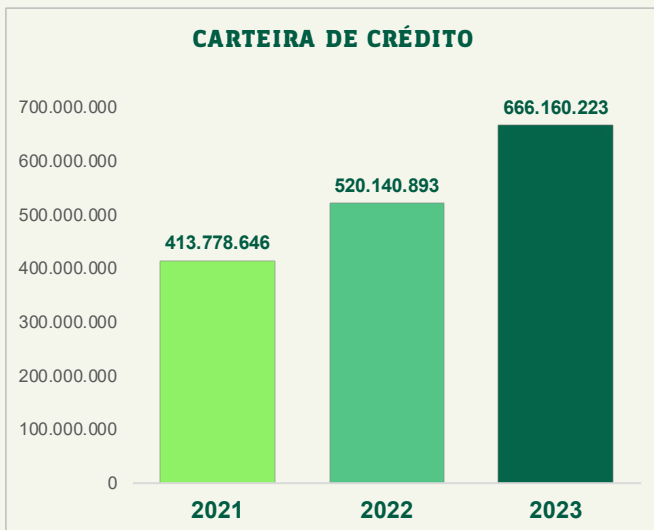
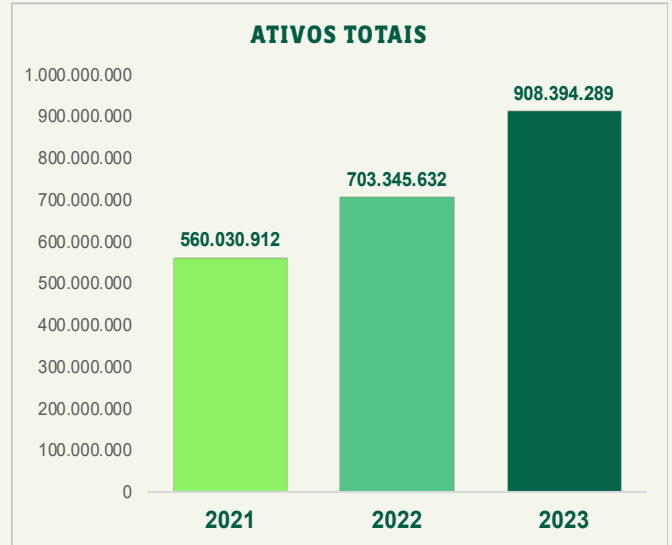
A CrediSIS JiCred, presente no estado de Rondônia há 25 anos e com 3 anos de atuação no estado do Mato Grosso, tendo como princípio norteador a transparência, ética e compromisso com a comunidade. Em todas as suas atividades, prioriza os valores do cooperativismo, garantindo uma gestão transparente e em conformidade com os dispositivos legais e estatutários. Reconhecemos a confiança depositada por cada um de nossos cooperados ao longo desses 25 anos de história e é com responsabilidade que nos comprometemos em retribuir essa confiança. Como parte desse compromisso, apresentamos a prestação de contas referente ao exercício de 2023, demonstrando nosso empenho em manter a integridade em todas as nossas ações.

Em relação a resultados financeiros, o Conselho de Administração tem a satisfação de apresentar os resultados referentes ao exercício de 2023. Aumentamos nossa base de cooperados para um total de 21.378 associados, um crescimento de 15,96% e juntos alcançamos um total de R\$ 98.184.171 de capital social. Nossos ativos totais cresceram 29,15% e chegamos à marca de R\$ 908.394.289. O INAD 90 fechou 2,57%, e esse índice representa que o risco de inadimplência da CrediSIS JiCred é baixo. Nós também conseguimos injetar R\$ 666.160.223 na economia local através da Carteira de Crédito, um aumento de 28,07%. Nossas sobras brutas resultaram em R\$ 37.068.995 e o patrimônio líquido cresceu 15,75% e agora está em R\$ 172.581.288.

Estamos empenhados no desenvolvimento econômico-financeiro dos nossos cooperados e das comunidades onde atuamos. Em consonância com esse compromisso, em 2023, expandimos nossos serviços com a inauguração de três novas agências, localizadas em Governador Jorge Teixeira e Tarilândia, em Rondônia, e em Cuiabá, Mato Grosso. Além disso, realizamos a reinauguração de dois pontos de atendimento, oferecendo uma estrutura ainda mais adequada para receber nossos cooperados. Essas iniciativas refletem nosso comprometimento em proporcionar um crescimento sustentável e benefícios tangíveis para nossos associados e as comunidades que servimos.

Ao longo dos anos, não apenas alavancamos o crescimento econômico-financeiro dos nossos associados, mas também desempenhamos um papel fundamental na comunidade. Nossa Cooperativa não se limita meramente em gerar lucros; temos profundo interesse pela comunidade em geral, criando laços de confiança e solidariedade, guiados pelos sólidos valores e princípios do cooperativismo. Temos sido um catalisador para o desenvolvimento e prosperidade locais, demonstrando assim a verdadeira essência e importância da Cooperativa na vida de nossos cooperados.

## Evolução dos Resultados



## Ações Sociais ESG

No âmbito social, temos desempenhado um papel ativo e impactante nas áreas mais carentes da comunidade, além dos recursos investidos no decorrer do ano com patrocínios e doações. Nossa Cooperativa é a principal mantenedora da Fundação JiCred, demonstrando nosso compromisso com o bem-estar da comunidade e o desenvolvimento das gerações futuras.

Em 2023, a Cooperativa destinou o valor de R\$1.068.560,00 para viabilização do funcionamento da Fundação JiCred. Ainda em 2023, os cooperados e colaboradores da CrediSIS JiCred fizeram uma ação voluntária e doaram para a fundação a soma de R\$23.590,00.

Nossa atuação abrange desde o acesso à educação, à saúde e a promoção de atividades esportivas e de lazer, e até mesmo a facilitação do ingresso ao mercado de trabalho em casos específicos. Externamos nossa profunda admiração pelos trabalhos ali realizados e pelo compromisso que a Fundação assumiu em transformar vidas e formar cidadãos.

Em 2024, a CrediSIS JiCred comemora 25 anos de funcionamento, de história e de muito sucesso. Este é um momento especial para refletir sobre o nosso percurso e os marcos alcançados. Que essa jornada nos inspire ainda mais a continuar avançando, inovando e servindo nossos cooperados e comunidade com excelência.

Parabenizamos a todos pelo aniversário da nossa Cooperativa e desejamos que continuemos trilhando o caminho do sucesso e da prosperidade juntos. Que os próximos anos sejam ainda mais frutíferos, repletos de realizações e conquistas, fortalecendo ainda mais o nosso compromisso comum com os valores e princípios do cooperativismo.

O sucesso até aqui alcançado é o resultado direto do trabalho árduo, da cooperação e do compromisso de todos. Obrigado por fazerem parte desta jornada extraordinária. Que continuemos a trabalhar juntos em prol de um futuro ainda mais brilhante para todos nós.



Recital de fim de ano - Fundação JiCred



JICOPA, Jogos interescolares da Fundação JiCred

**Para maiores informações sobre ações e projetos sociais, confira nosso relatório Social 2023 clicando no botão abaixo:**

[Relatório Social 2023](#)





## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos cooperados e administradores da CredisSIS Jicred – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Ltda. Ji-Paraná-RO

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CredisSIS Jicred – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis, materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CredisSIS Jicred – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 23 de fevereiro de 2024.

**Moore Prisma Auditores Independentes**

CRC 2SP017256/O-3 S "RO"

**Julio Cesar Dias**

CRC 1SP322496/O-1 S "RO"

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

Ativo	NOTA	2023	2022
Disponibilidades	4	2.186.993	2.158.179
<b>Instrumentos financeiros</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	25.857.631	13.970.980
Relações interfinanceiras	6	226.741.598	174.880.210
Relações interdependências	4	2.796.689	3.605.733
Operações de crédito	7	666.160.223	520.140.893
Outros ativos financeiros	9	4.011.496	2.271.578
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(37.187.499)	(28.731.914)
Ativos fiscais correntes e diferidos		71.656	51.901
Outros ativos	10	7.176.544	6.063.299
<b>Imobilizado de uso</b>			
Intangível	11	267.372	263.144
(-) Depreciações e amortizações	11	(6.815.105)	(5.516.699)
<b>Total do Ativo</b>		<b>908.394.289</b>	<b>703.345.633</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos	12	503.599.732	492.010.666
<b>Demais instrumentos financeiros</b>			
Recursos de aceite e emissão de títulos	13	120.943.463	5.149
Relações interfinanceiras	14	84.252.227	47.330.915
Outros passivos financeiros		1.484.109	470.784
Provisões	15	88.298	15.299
Obrigações fiscais correntes e diferidas		1.704.283	1.360.993
Outros passivos	16	23.740.889	13.053.749
		<b>735.813.001</b>	<b>554.247.555</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social		98.184.171	81.954.810
Reservas de sobras		60.242.714	57.476.793
Sobras acumuladas		14.154.404	9.666.475
		<b>172.581.288</b>	<b>149.098.078</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>908.394.289</b>	<b>703.345.633</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023		2022
	NOTA	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Ingressos e receitas da intermediação financeira</b>		<b>85.028.719</b>	<b>162.012.977</b>	<b>125.816.698</b>
Operações de crédito	18	71.154.279	135.027.798	110.653.661
Ingressos de depósitos intercooperativos	6	13.874.440	26.985.179	15.163.037
<b>Dispêndios e despesas da intermediação financeira</b>		<b>(37.293.349)</b>	<b>(74.621.528)</b>	<b>(56.592.314)</b>
Operações de captação no mercado	12(i)	(25.328.705)	(48.481.325)	(34.575.088)
Operações de empréstimos e repasses	14	(1.969.297)	(2.929.695)	(1.324.537)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8b	(9.995.347)	(23.210.508)	(20.692.689)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>47.735.370</b>	<b>87.391.449</b>	<b>69.224.384</b>
<b>Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais</b>		<b>(26.587.940)</b>	<b>(50.119.804)</b>	<b>(44.252.368)</b>
Ingressos e receitas de prestação de serviços	19	7.786.269	14.196.768	10.380.227
Rendas de tarifas	19	138.414	293.573	405.308
Dispêndios e despesas de pessoal	20	(18.857.334)	(35.517.867)	(28.040.670)
Outros dispêndios e despesas administrativas	21	(22.122.695)	(43.931.931)	(29.912.422)
Dispêndios e despesas tributárias		(98.742)	(115.253)	(136.728)
Outros ingressos e receitas operacionais	22	6.790.198	15.525.064	4.867.548
Outros dispêndios e despesas operacionais	23	(224.050)	(570.158)	(1.815.631)
<b>Resultado operacional</b>		<b>21.147.430</b>	<b>37.271.645</b>	<b>24.972.016</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>	24	<b>(191.001)</b>	<b>(66.922)</b>	<b>1.970.997</b>
<b>Sobras antes da tributação</b>		<b>20.956.429</b>	<b>37.204.723</b>	<b>26.943.013</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(88.853)</b>	<b>(131.854)</b>	<b>(79.114)</b>
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(51.025)	(73.410)	(37.093)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(37.828)	(58.444)	(42.021)
<b>Sobras antes dos juros ao capital</b>		<b>20.867.576</b>	<b>37.072.869</b>	<b>26.863.899</b>
<b>Juros ao capital</b>	17b	<b>(5.852.134)</b>	<b>(11.327.135)</b>	<b>(9.109.499)</b>
<b>Sobras do período antes das destinações</b>		<b>15.015.442</b>	<b>25.745.734</b>	<b>17.754.400</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023		2022
		2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital</b>		<b>20.867.576</b>	<b>37.072.869</b>	<b>26.863.899</b>
Outros resultados abrangentes		-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>20.867.576</b>	<b>37.072.869</b>	<b>26.863.899</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital integralizado	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de Contingência	Reserva p/ Equalização	Reserva de Expansão	Sobras acumuladas	Totais
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	68.906.336	(78.281)	36.726.016	3.159.606	1.140.356	1.548.027	17.545.193	128.947.252
<b>Destinações das sobras do exercício anterior:</b>								
Ao capital	3.212.481						(3.231.764)	(19.283)
Distribuição de sobras para associados							(6.418.092)	(6.418.092)
Outros eventos/reservas			6.192.421	567.639	567.638	567.639	(7.895.337)	-
<b>Movimentação de capital:</b>								
Por Subscrição/realização	10.863.707	(152.735)						10.710.972
Por devolução ( - )	(4.185.703)							(4.185.703)
<b>Utilizações de reservas</b>						(22.713)		(22.713)
<b>Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital</b>							26.863.898	26.863.899
<b>Remuneração de juros sobre o capital próprio:</b>								
Provisão de juros sobre o capital próprio	3.769.199						(9.109.499)	(5.340.300)
Juros sobre o capital próprio, líquido	(380.194)							(380.194)
<b>Destinações das sobras do período:</b>								
Reserva legal			7.030.164				(7.030.164)	-
FATES - Atos cooperativos							(878.772)	(878.772)
FATES - Atos não cooperativos							(178.989)	(178.989)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>82.185.826</b>	<b>(231.016)</b>	<b>49.948.601</b>	<b>3.727.245</b>	<b>1.707.994</b>	<b>2.092.953</b>	<b>9.666.475</b>	<b>149.098.078</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>								
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>82.185.826</b>	<b>(231.016)</b>	<b>49.948.601</b>	<b>3.727.244</b>	<b>1.707.995</b>	<b>2.092.953</b>	<b>9.666.475</b>	<b>149.098.078</b>
<b>Destinações das sobras do exercício anterior:</b>								
Ao capital	2.674.267						(2.674.267)	
Distribuição de sobras para associados							(5.542.237)	(5.542.237)
Destinação à Fundos Voluntários							(1.449.971)	(1.449.971)
<b>Movimentação de capital:</b>								
Por integralização	15.662.234	(41.623)						15.620.611
Por devolução ( - )	(6.115.704)							(6.115.704)
<b>Reversões de fundos</b>				(3.727.244)	(1.707.995)	(2.092.953)		(7.528.192)
<b>Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital</b>							37.072.869	37.072.869
<b>Outros ajustes</b>							(3.874)	(3.874)
<b>Utilização FATES</b>							360.216	360.216
<b>Remuneração de juros sobre o capital próprio:</b>								
Provisão de juros sobre o capital próprio	4.507.222						(11.327.135)	(6.819.913)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(457.035)							(457.035)
<b>Destinações das sobras do período:</b>								
Reserva legal			10.294.112				(10.294.112)	-
FATES - Atos cooperativos							(1.286.764)	(1,286,764)
FATES - Atos não cooperativos							(366.796)	(366,796)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>98.456.810</b>	<b>(272.639)</b>	<b>60.242.713</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.154.404</b>	<b>172.581.288</b>
<b>Saldos em 1º de julho de 2023</b>								
<b>Saldos em 1º de julho de 2023</b>	<b>88.086.416</b>	<b>(256.807)</b>	<b>49.948.601</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.730.292</b>	<b>148.508.502</b>
<b>Movimentação de capital:</b>								
Por integralização	8.018.930	(15.832)						8.003.098
Por devolução ( - )	(1.698.723)							(1,698,723)
<b>Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital</b>							20.867.576	20,867,576
<b>Outros ajustes</b>							(3.874)	(3,874)

Continua...

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

...Continuação

	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reserva de Contingência	Reserva p/ Equalização	Reserva de Expansão	Sobras acumuladas	Totais
<b>Utilização FATES</b>							360.216	360.216
<b>Remuneração de juros sobre o capital próprio:</b>								
Provisão de juros sobre o capital próprio	4.507.222						(5.852.134)	(1.344.912)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(457.035)						-	(457.035)
<b>Destinações das sobras do período:</b>								
Reserva legal			10.294.112				(10.294.112)	-
FATES - Atos cooperativos							(1.286.764)	(1.286.764)
FATES - Atos não cooperativos							(366.796)	(366.796)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>98.456.810</b>	<b>(272.639)</b>	<b>60.242.713</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.154.404</b>	<b>172.581.288</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Sobras antes da tributação</b>	<b>20.956.429</b>	<b>37.204.723</b>	<b>26.943.013</b>
Outros ajustes	(3.874)	(3.874)	-
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.995.347	23.210.508	20.692.689
(Ganho)/perdas por baixas de imobilizado	(4.810)	(4.810)	142.473
Perdas por baixas de intangível	-	-	347
Depreciações e amortizações	704.031	1.357.812	1.368.720
<b>Sobras antes da tributação ajustado</b>	<b>31.647.123</b>	<b>61.764.359</b>	<b>49.147.242</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Relações interfinanceiras	5.792.304	649.856	248.614
Operações de crédito	(97.691.045)	(161.520.597)	(109.994.954)
Outros ativos financeiros	3.047.895	(993.574)	(1.606.954)
Ativos fiscais correntes e diferidos	3.827	(19.755)	(39.274)
Outros ativos	368.514	(1.113.245)	(3.056.435)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos	(24.824.763)	11.589.066	108.646.866
Recursos de aceite e emissão de títulos	50.554.286	120.938.314	5.149
Relações interfinanceiras	32.849.028	36.921.312	12.330.602
Outros passivos financeiros	25.169	1.013.325	26.159
Provisões	72.999	72.999	(66.167)
Obrigações fiscais correntes	606.663	343.290	569.315
Outros passivos	(9.478.625)	666.877	(5.126.283)
Imposto de renda	(51.025)	(73.410)	(37.093)
Contribuição social	(37.828)	(58.444)	(42.021)
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(7.115.478)</b>	<b>70.180.373</b>	<b>51.004.766</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição de investimentos	(6.008.012)	(11.886.651)	(1.587.660)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.392.830)	(2.992.958)	(5.613.347)
Aquisição de intangível	-	(4.228)	(998)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(7.400.842)</b>	<b>(14.883.837)</b>	<b>(7.202.005)</b>

Continua...

## Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

...Continuação

		2023	2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Atividades de financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de capital	8.003.098	15.620.611	10.710.972
Devolução de capital à cooperados	(1.698.723)	(6.115.704)	(4.185.703)
Distribuição de sobras	-	(5.542.237)	(6.437.375)
Utilizações de reservas	-	-	(22.713)
Reclassificações de fundos	-	(7.528.192)	-
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>6.304.375</b>	<b>(3.565.522)</b>	<b>65.181</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.211.945)</b>	<b>51.731.014</b>	<b>43.867.942</b>
<b>Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	239.626.251	179.683.292	135.815.350
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	231.414.306	231.414.306	179.683.292
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.211.945)</b>	<b>51.731.014</b>	<b>43.867.942</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.  
Em reais

### 1. Contexto operacional

A Credisis Jicred - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred (“Cooperativa”), fundada em 18 de fevereiro de 1997, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 18 de fevereiro de 1997, através do registro sob nº 02.309.070/0001-51

A Cooperativa está sediada na Rua Maringá, nº 825, Nova Brasília Andar 1, em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos municípios de Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Castanheiras, Cerejeiras, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari, Vale do Paraíso, Vilhena; e todo o Estado de Mato Grosso

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica. É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 23 de fevereiro de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – Bacen, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Bacen e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade,

algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41,

46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

## 2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

### b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no

Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN Nº 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa Central, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o Sistema



CrediSIS revisou a estrutura para atender a norma e contratou a empresa de Consultoria BIP para a Implantação da Resolução CMN 4.966/2021 e revisou o cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- Etapa 01 (2024): Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.
- Etapa 02 (2024): Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) - Considerando o enquadramento da instituição como S5, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- Etapa 03 (2024): Sistemas - Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- Etapa 04 (2024): Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- Etapa 05 (2024): Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- Etapa 06 (2024): Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/2021.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i. Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii. Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii. Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/2023, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

## 2.2. Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

### b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e centralização financeira mantida na Central, e relação de interdependência (numerários em trânsito).

### d) Títulos e valores mobiliários – participações em cooperativas

Participações em cooperativa, registrados pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela resolução CMN nº 4.817/2020.

**e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.761/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

**f) Operações de crédito**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

**g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

**h) Imobilizado de uso**

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

**i) Intangível**

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

**j) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**k) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos**

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

**l) Relações interfinanceiras - passivo**

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

**m) Demais ativos e passivos**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**n) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

**o) Segregação do circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

**p) Impostos e contribuições**

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

**q) Partes relacionadas**

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

**r) Resultados recorrentes e não recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

**s) Instrumentos financeiros**

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**t) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	2.186.993	2.158.179
Relações interfinanceiras (nota 6)	226.430.624	173.919.380
Relações interdependências (numerário em trânsito)	2.796.689	3.605.733
	<b>231.414.306</b>	<b>179.683.292</b>

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

## 5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2023	2022
CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda	25.857.631	13.970.980
	<b>25.857.631</b>	<b>13.970.980</b>

Trata-se de participação na Central do Sistema CrediSIS. Até junho de 2022 estava contabilizado em investimentos e conforme a IN BCB nº 268/2022 passou a ser registrado dentro de Títulos e Valores Mobiliários.

A distribuição de sobras e juros ao capital recebida da Central do Sistema Credis é está registrada no grupo de “Outros ingressos e receitas operacionais” (nota 22).

## 6. Relações interfinanceiras

Descrição	2023	2022
Direitos junto ao sistema de liquidação	310.974	960.830
Centralização financeira	226.430.624	173.919.380
	<b>226.741.598</b>	<b>174.880.210</b>

Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da Credis - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 3º da Resolução CMN nº 5.051/2022. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 26.985.179 (R\$ 15.163.037 em 2022).

## 7. Operações de crédito

### a) Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	405.677.295	94.034.024	499.711.319	351.481.678	71.569.346	423.051.024
Financiamentos	23.833.817	22.292.266	46.126.083	17.979.688	18.063.146	36.042.834
Financiamentos rurais	57.281.631	63.041.190	120.322.821	18.937.401	42.109.634	61.047.035
	<b>486.792.743</b>	<b>179.367.480</b>	<b>666.160.223</b>	<b>388.398.767</b>	<b>131.742.126</b>	<b>520.140.893</b>

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 131.867.220 (R\$ 106.564.882 em 2022).

### b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2023			2022		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	131.631.550	131.631.550	-	102.825.451	102.825.451
B	1,0	703.986	396.820.430	397.524.416	183.635	145.578.317	145.761.952
C	3,0	676.875	81.400.054	82.076.929	718.566	199.510.213	200.228.779
D	10,0	661.364	16.959.438	17.620.802	841.128	46.323.434	47.164.562
E	30,0	1.370.806	9.345.004	10.715.810	1.295.525	8.474.213	9.769.738
F	50,0	1.428.106	4.013.930	5.442.036	576.356	2.693.421	3.269.777
G	70,0	290.802	1.024.563	1.315.365	348.430	1.461.990	1.810.420
H	100,0	6.639.248	13.194.067	19.833.315	3.781.883	5.528.331	9.310.214
		<b>11.771.187</b>	<b>654.389.036</b>	<b>666.160.223</b>	<b>7.745.523</b>	<b>512.395.370</b>	<b>520.140.893</b>

**c) Composição do não circulante por ano de vencimento**

Ano	2023	2022
2024	-	106.912.535
2025	148.600.607	19.048.249
2026	22.688.002	4.836.004
2027 a 2029	8.078.871	945.338
	<b>179.367.480</b>	<b>131.742.126</b>

**d) Créditos baixados como prejuízo**

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 27.727.514 (R\$ 16.112.811 em 2022). Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 3.160.578, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 4.088.779 em 2021), registrados em Ingressos de operações de crédito (nota 18).

**8. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito****a) Composição por tipo de operação**

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(27.581.438)	(7.966.200)	(35.547.638)	(21.288.732)	(6.549.665)	(27.838.397)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.629.287)	(10.574)	(1.639.861)	(887.363)	(6.154)	(893.517)
	<b>(29.210.725)</b>	<b>(7.976.774)</b>	<b>(37.187.499)</b>	<b>(22.176.095)</b>	<b>(6.555.819)</b>	<b>(28.731.914)</b>

**b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>(28.731.914)</b>	<b>(11.970.410)</b>
Créditos baixados para prejuízo	14.754.923	3.931.185
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(21.251.627)	(19.761.768)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(1.958.881)	(930.921)
<b>Saldo final</b>	<b>(37.187.499)</b>	<b>(28.731.914)</b>

**9. Outros ativos financeiros**

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Avais e fianças honrados	2.047.523	-	2.047.523	1.122.786	-	1.122.786
Outras rendas a receber	179.384	-	179.384	-	-	-
Devedores por compra de valores e bens	914.168	725.148	1.639.316	593.576	555.216	1.148.792
Devedores por depósitos em garantia	145.273	-	145.273	-	-	-
	<b>3.286.348</b>	<b>725.148</b>	<b>4.011.496</b>	<b>1.716.362</b>	<b>555.216</b>	<b>2.271.578</b>



## 10. Outros ativos

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	16.663	-	16.663	25.379	-	25.379
Adiantamentos para pagamentos	275.985	-	275.985	97.609	-	97.609
Adiantamentos por conta de imobilizações	344.383	-	344.383	208.850	-	208.850
Pagamentos a ressarcir	2.280.129	-	2.280.129	1.676.712	-	1.676.712
Devedores diversos - País	2.300.422	-	2.300.422	2.392.350	-	2.392.350
Material em estoque	222.480	-	222.480	206.026	-	206.026
Ativos não financeiros mantidos para venda - próprios	10.346	-	10.346	11.709	-	11.709
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	786.928	865.326	1.652.254	466.369	976.182	1.442.551
(-) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros	-	(491.728)	(491.728)	-	(491.728)	(491.728)
Despesas antecipadas	565.610	-	565.610	493.841	-	493.841
	<b>6.802.946</b>	<b>373.598</b>	<b>7.176.544</b>	<b>5.578.845</b>	<b>484.454</b>	<b>6.063.299</b>

## 11. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
<b>Imobilizado de uso</b>					
Imobilizações em curso	-	-	-	-	1.819.664
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	10.308.935	(5.334.304)	4.974.631	4.634.852
Veículos	20%	659.976	(491.679)	168.297	255.263
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	4.907.780	(779.681)	4.128.099	905.117
Imóveis	4%	1.250.000	-	1.250.000	1.250.000
		<b>17.126.691</b>	<b>(6.605.664)</b>	<b>10.521.027</b>	<b>8.864.896</b>
<b>Intangível</b>					
Sistemas de processamento de dados	20%	267.372	(209.441)	57.931	69.878
		<b>17.394.063</b>	<b>(6.815.105)</b>	<b>10.578.958</b>	<b>8.934.774</b>

## 12. Depósitos

Descrição	2023	2022
Depósitos à vista	186.820.986	166.840.735
Depósitos a prazo (i)	316.778.746	325.169.931
	<b>503.599.732</b>	<b>492.010.666</b>

- i. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2023, foram registrados R\$ 48.481.325 (R\$ 34.575.088 em 2022) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.



### 13. Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	30.770.449	90.173.014	120.943.463	5.149
	<b>30.770.449</b>	<b>90.173.014</b>	<b>120.943.463</b>	<b>5.149</b>

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004), lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”.

### 14. Relações interfinanceiras

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Repasses interfinanceiros	41.972.924	42.279.303	84.252.227	17.454.658	29.876.257	47.330.915
	<b>41.972.924</b>	<b>42.279.303</b>	<b>84.252.227</b>	<b>17.454.658</b>	<b>29.876.257</b>	<b>47.330.915</b>

Recursos tomados forma de Depósitos Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Possui remuneração média de 6,9% a.a. e vencimento final em agosto/2025. No exercício de 2023, foram registrados em operações de empréstimos, cessões e repasses R\$ 2.929.695 (R\$ 1.324.537 em 2022).

### 15. Provisões

Descrição	2023	2022
Provisão para contingências	88.298	15.299
	<b>SS.298</b>	<b>15.299</b>

A Cooperativa possui dois processos trabalhistas, movido por ex-funcionários da Cooperativa e julgados procedentes. Em 2019 a Cooperativa cumpriu com o pagamento de parte dos valores de um processo, restando o valor residual de R\$ 15.299 a pagar para ex-funcionária. A administração optou em constituir provisão para contingência do valor residual total. O outro, foi julgado como procedente em 2023, sendo provisionados integralmente o montante de R\$ 147.124, já pagos dentro do exercício de 2023 o montante de R\$ 74.125.

Descrição	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>81.466</b>
Constituição	3.187
Reversão	(69.354)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>15.299</b>
Constituição	147.124
Reversão	(74.125)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>SS.298</b>

## 16. Outros passivos

Descrição	2023	2022
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	4.255.443	3.655.429
Fundos voluntários (ii)	8.831.038	-
Gratificações e participações a pagar	221.404	136.626
Sobras a distribuir	45.355	29.522
Quotas de capital a pagar	631.491	360.116
	<b>13.984.731</b>	<b>4.181.693</b>
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	8.997.592	7.204.445
Credores diversos no País	731.629	1.654.086
	<b>9.729.221</b>	<b>8.858.531</b>
Outros passivos	26.937	13.525
	<b>23.740.889</b>	<b>13.053.749</b>

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 17b).
- ii. Refere-se a reservas contabilizadas em 31 de dezembro de 2022 que foram reclassificadas para o passivo como fundos voluntários. Os fundos são compostos por:

### a. Fundo de contingência

Tem como objeto cobrir despesas decorrentes de ações administrativas contra a cooperativa e seus administradores no desempenho de suas atribuições estatutárias frente à cooperativa e de condenações judiciais que imponham ônus à Cooperativa; equacionar déficit na apuração de venda de patrimônio (imobilizado) da Cooperativa; cobrir danos causados por intempéries ambientais, fazendo com que a Cooperativa volte a funcionar plenamente e proteger o patrimônio da Cooperativa contra eventuais adversidades relacionadas com o crime de subtração de patrimônio. O Fundo de Reserva de Contingência será formado com recursos oriundos das sobras apuradas no exercício e por sugestão do Conselho de Administração será submetido à assembleia percentual a ser aplicado sobre a sobra líquida do exercício para formação do Fundo.

### b. Fundo de expansão

Tem como objeto e finalidade atender a projetos de investimento e expansão da Cooperativa. O fundo de Reserva para Expansão será formado com recursos provenientes do resultado de cada exercício da Cooperativa, em percentual a ser definido na Assembleia, já deduzidos os valores destinados às reservas obrigatórias (Reserva Legal e FATES).

### c. Fundo de equalização

Tem como objetivo remunerar o capital social, quando o resultado da Cooperativa não permitir a aplicação do percentual máximo estabelecido pela legislação em vigor e reconstituir padrões de sobras brutas do exercício, quando estas forem menores que 70% (setenta por cento) da média das sobras dos últimos três exercícios sociais imediatamente anteriores. O fundo de equalização será formado de, no mínimo, 5% (cinco por cento) sobre as sobras líquidas do exercício, já deduzidos os valores destinados às reservas obrigatórias (Reserva Legal e FATES), bem como de reversão de fundos estatutários existentes.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

## 17. Patrimônio líquido

### a) Capital social

É representado pelas integralizações de 21.451 e 18.491 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 15.662.234 (R\$ 10.863.707 em 2022), por meio de integralizações de capital dos associados, e o montante de R\$ 2.674.267 (3.212.481 em 2022), por meio de distribuição de sobras, e também ocorreram devoluções em 2022, no montante de R\$ 6.115.704 (R\$ 4.185.703 em 2022).

O capital social é de R\$ 98.184.171 e de R\$ 81.954.810 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

### b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2023	2022
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	37.072.869	26.863.899
Outros ajustes	(3.874)	-
Utilização FATES	360.216	-
Juros sobre o capital (i)	(11.327.135)	(9.109.499)
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (ii)	(2.573.528)	(1.757.541)
Reserva legal – 30% ad referendum (iii)	(7.720.584)	(5.272.623)
FATES – Atos Cooperativos (iv)	(1.286.764)	(878.772)
FATES – Atos Não Cooperativos	(366.796)	(178.989)
<b>Sobras à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>14.154.404</b>	<b>9.666.475</b>

- i. Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2023, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício.
- ii. 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- iii. 30% para a reserva legal proposto pelo Conselho de Administração, para “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária;
- iv. 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade

de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 16).

### c. Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 para reservas voluntárias no valor de R\$ 1.449.971 e o restante remanescente de distribuição de sobras aos associados no valor de R\$ 8.216.504.

## 18. Ingressos de operações de crédito

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de empréstimos	53.810.096	103.174.580	83.809.575
Rendas de direitos creditórios descontados	7.043.275	13.937.771	12.245.627
Rendas de financiamentos	3.742.250	6.743.590	5.098.422
Rendas de financiamentos rurais	4.351.782	6.571.527	2.916.840
Rendas de adiantamento a depositantes	610.553	1.439.752	2.494.418
	<b>69.557.956</b>	<b>131.867.220</b>	<b>106.564.882</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7d)	1.596.323	3.160.578	4.088.777
	<b>71.154.279</b>	<b>135.027.798</b>	<b>110.653.661</b>

## 19. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos e receitas de prestação de serviços			
Rendas de outros serviços	7.125.945	12.891.244	8.996.154
Rendas de cobrança	660.269	1.305.469	1.381.147
Rendas de serviços de custódia	55	55	2.926
	<b>7.786.269</b>	<b>14.196.768</b>	<b>10.380.227</b>
Rendas de tarifas			
Rendas de serviços prioritários – PF	93.532	199.387	264.227
Rendas de tarifas bancárias – PJ	44.882	94.186	141.081
	<b>138.414</b>	<b>293.573</b>	<b>405.308</b>
	<b>7.924.683</b>	<b>14.490.341</b>	<b>10.785.535</b>

## 20. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal – proventos	(11.034.355)	(20.547.519)	(16.043.358)
Despesas de pessoal – benefícios	(4.129.121)	(7.612.709)	(5.804.146)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(3.170.711)	(6.057.667)	(4.907.285)
Despesas de honorários – Conselho Adm e Diretoria	(337.559)	(981.403)	(1.104.912)
Despesas de honorários – Conselho Fiscal	(103.864)	(200.309)	(180.504)
Despesas de pessoal – treinamentos	(81.724)	(118.260)	(465)
	<b>(18.857.334)</b>	<b>(35.517.867)</b>	<b>(28.040.670)</b>

## 21. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio Despesas da Central	(8.182.020)	(18.683.807)	(10.098.903)
Serviços do sistema financeiro	(2.522.336)	(4.479.676)	(3.614.935)
Transporte	(1.508.407)	(2.944.568)	(2.586.227)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(1.754.508)	(2.840.172)	(2.889.326)
Aluguéis	(1.194.096)	(2.361.562)	(1.753.009)
Manutenção, conservação de bens e material	(1.009.605)	(1.862.268)	(1.545.911)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(999.600)	(1.578.464)	(1.091.514)
Depreciações e amortizações	(704.031)	(1.357.812)	(1.368.720)
Serviços de vigilância e segurança	(680.323)	(1.337.568)	(1.152.611)
Processamento de dados	(802.137)	(1.249.433)	(472.867)
Água, energia e gás	(457.699)	(886.672)	(691.230)
Comunicações	(356.738)	(553.821)	(311.356)
Viagem no país	(245.734)	(513.568)	(193.264)
Seguros	(68.411)	(109.336)	(157.610)
Outras despesas administrativas	(1.637.050)	(3.173.204)	(1.984.939)
	<b>(22.122.695)</b>	<b>(43.931.931)</b>	<b>(29.912.422)</b>

## 22. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Distribuição de sobras Central (i)	1.312.702	6.144.991	3.677.365
Recuperação de encargos e despesas	2.934.257	4.451.160	1.025.646
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	118.378	249.346	164.536
Rendas de repasses interfinanceiros	91.351	91.351	-
Outras rendas operacionais	2.333.510	4.588.216	3.677.365
	<b>6.790.198</b>	<b>15.525.064</b>	<b>4.867.548</b>

(i) Refere-se a distribuição de sobras e juros ao capital recebido da Credisis Central.

## 23. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(114.977)	(285.303)	(1.494.260)
Fundo de Contingência	(109.073)	(274.872)	(213.648)
Despesas de cessão de operações de crédito	-	(9.983)	(104.902)
Outras despesas operacionais	-	-	(2.821)
	<b>(224.050)</b>	<b>(570.158)</b>	<b>(1.815.631)</b>

## 24. Outras receitas e despesas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Receitas não operacionais</b>			
Lucros na alienação de valores e bens	91.969	165.242	104.617
Outras rendas não operacionais	67.013	127.316	118.885
Ganhos de capital	11.782	21.350	58.490
Reversão de provisões não operacionais	-	-	1.918.000
	<b>170.764</b>	<b>313.908</b>	<b>2.199.992</b>
<b>Despesas não operacionais</b>			
Perdas de capital	(188.099)	(202.499)	(66.615)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(132.751)	(136.251)	(36.322)
Outras despesas não operacionais	(40.915)	(42.080)	(126.058)
	<b>(361.765)</b>	<b>(380.830)</b>	<b>(228.995)</b>
	<b>(191.001)</b>	<b>(66.922)</b>	<b>1.970.997</b>

## 25. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

## 26. Partes relacionadas.

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
<b>Principais saldos:</b>		
<b>Ativo</b>		
Operações de crédito	22.904.213	6.710.383
<b>Passivo</b>		
Depósitos à vista e a prazo	64.442.238	11.422.940
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	3.428.948	1.822.053
<b>Principais operações:</b>		
Ingressos com operações de crédito	2.628.153	956.778
Dispêndio com captações	(1.329.628)	(319.566)
<b>Benefícios:</b>		
Honorários	708.965	1.104.912
Cédulas de presença	472.747	180.504

## 26.1. CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

### a) Atribuições estatutárias

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

### b) Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2023	2022
<b>Principais saldos:</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
Relações interfinanceiras (nota 6)	226.430.624	173.919.380
<b>Ativo não circulante</b>		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	25.857.631	13.970.980
<b>Passivo circulante</b>		
Relações interfinanceiras (nota 4)	41.972.924	17.454.658
<b>Passivo exigível a longo prazo</b>		
Relações interfinanceiras (nota 4)	42.279.303	29.876.257
<b>Principais operações:</b>		
<b>Ingressos</b>		
Ingressos com intermediação financeira (nota 6)	26.985.179	15.163.037
Outros ingressos e receitas operacionais (nota 22)	6.144.991	-
<b>Dispêndios</b>		
Operações de empréstimos e repasses (nota 14)	(2.929.695)	(1.324.537)
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 21)	(18.683.807)	(10.098.903)
Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 23)	(274.872)	(216.469)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	172.523.358	149.028.199
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	642.196.408	485.258.494
Índice de Basileia	26,86%	30,71%

## 2S. Plano de ação para implementação da Resolução 4.966/2021.

A implementação da Resolução CMN N° 4.966/21, que versa sobre os conceitos e critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros, é um projeto institucional conduzido por membros das áreas Contábil, Riscos e Supervisão, Crédito, e Tecnologia do Sistema CrediSIS, com a aprovação do Conselho de Administração, conforme estipulado no artigo 76 da mencionada norma. Dada a abrangência significativa da Resolução e sua influência no cenário contábil, notadamente com a revogação de 19 normativos, incluindo a Resolução CMN N° 2.682/99, que trata dos critérios de classificação das operações de crédito e das regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Sistema CrediSIS optou por dividir o projeto em fases.

Esse enfoque visa possibilitar uma transição eficiente, alinhando-se aos princípios da política atual da Cooperativa Central e considerando as alterações necessárias nos sistemas de tecnologia. Ademais, foram delineadas atividades específicas, identificados responsáveis e estabelecidos prazos para adequação dos sistemas e processos de trabalho às medidas propostas, visando atingir a plena conformidade até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor.

Em consonância com a iminente implantação da referida resolução, o Sistema CrediSIS procedeu à revisão de sua estrutura, visando atender integralmente às disposições normativas. Nesse contexto, firmou parceria com a empresa de consultoria B.I.P para a efetiva implantação da Resolução CMN 4.966/21, e revisou o cronograma detalhado, delineando as etapas críticas até a entrada em vigor da resolução. Este cronograma abrange:

- Etapa 01 (2024): Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa. Retroalimentação do Plano de Implantação com todas as alterações decorrentes das novas normas emitidas após a divulgação do plano de implantação.
- Etapa 02 (2024): Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) - Considerando o enquadramento da instituição como S4, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- Etapa 03 (2024): Sistemas - Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência RES.4966/21) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- Etapa 04 (2024): Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- Etapa 05 (2024): Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- Etapa 06 (2024): Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/21.



Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo

## 29. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site [www.credisis.com.br](http://www.credisis.com.br), sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

### a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

### b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

### c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

### d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

### e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais

e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

**f. Risco de Conformidade:**

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

**g. Gestão de Continuidade do Negócio:**

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

**h. Gerenciamento de Capital:**

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

### 30. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

**Sergio Luiz Milani**

Presidente  
CPF 334.261.989-91

**Rodrigo Cassiano dos Santos**

Contador CRC: RO009276/O-4  
CPF: 851.693.312-15

**Rubens Ribeiro Rodrigues**

Diretor responsável pela área contábil  
CPF 153.566.122-49



**Acesse nosso site!**

[www.credisis.com.br](http://www.credisis.com.br)